

O Estado de S. Paulo

18/5/1984

À espera dos recursos

O setor sucro-alcooleiro acaba de iniciar seu ano-safra, desta vez em meio a graves problemas de ordem social. No entanto, preocupa o curto prazo, porquanto paira uma série de dívidas a respeito da dotação de recursos para o financiamento à comercialização (a chamada warrantagem). Ademais, em algumas regiões do interior paulista o corte de cana já foi iniciado, sem definição do preço, o que representa mais um potencial de conflito latente.

Tudo indica que os usineiros não irão receber neste ano o mesmo volume de financiamentos que em 1983. Não se trata de suposição mas de fato concreto, adiantado nas entrelinhas de pronunciamentos de diversas autoridades. Na última safra, o atraso no recebimento de tais recursos provocou acentuadas dificuldades no fluxo de caixa das usinas, repercutindo sobre os fornecedores de cana e sobre os trabalhadores. Naquela ocasião, não houve explosão de conflitos sociais. Foi possível contornar a situação, mesmo porque a colheita já tinha sido iniciada de modo decisivo, sem condições técnicas de ser interrompida. Agora, o quadro é diferente.

O governo resolveu diminuir a produção de açúcar por causa do excesso de oferta no mercado externo. Pelo lado do álcool, pairam algumas dúvidas a respeito do real dimensionamento dos estoques e de política de preços. São incertezas suficientemente importantes para gerar certo pessimismo no setor, mormente quando não se desconhecem as dificuldades financeiras enfrentadas atualmente pelas autoridades.

Assim, não está descartada a possibilidade de ocorrerem novos atrasos na liberação dos financiamentos de safra. Um dos exemplos disso reside na própria demora para definição do preço da cana. O IAA autorizou a antecipação do corte, sem preço fixado. Embora os fornecedores possam entregar a cana a preço antigo e recuperar a diferença posteriormente (via participação nos estoques das usinas), não se mostram dispostos — o que é perfeitamente lógico — a financiar recursos de terceiros.

Na realidade, o setor sofre problemas de natureza conjuntural, atribuíveis à recessão. É necessário lembrar, entretanto, que as épocas de crédito subsidiado e abundante terminaram, pelo menos para a região Centro-Sul. Assim, ou se trabalha com pleno conhecimento do contexto, ou então será preciso efetuar um redimensionamento do parque produtivo.

Tal observação prende-se fundamentalmente às regiões que ainda vivem de fortíssimos subsídios e acabam penalizando as mais produtivas. Nesse sentido, o aperto creditício reveste-se de um caráter também político. Quando o governo resolve conceder baixos aumentos de preços ao setor, está considerando igualmente massa de recursos que precisará desembolsar em função dos novos valores, computando-se aí os subsídios ao Norte-Nordeste.

Enquanto não se promover uma política diversificada para todo o setor, existirá o potencial de riscos que hoje se verifica no Centro-Sul. Não será de estranhar a repetição de acontecimentos como os de Guariba, caso a demora na fixação do preço e do volume de financiamento perdure. Usineiros não pagarão fornecedores, que por sua vez não pagarão trabalhadores, num autêntico círculo vicioso.

Se houvesse o predomínio da livre iniciativa nessa área, a situação seria radicalmente distinta. O governo poderia infundir tranquilidade ao setor, mediante a formalização de uma política consentânea com a escassez de crédito, mas previamente conhecida. Desse modo,

contribuiria, ainda que indiretamente, para a minimização das tensões sociais reinantes no campo, as quais não são desprezíveis.

(Página 21)